



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000010
000011
PROCESSO Nº 545/2022

15/03/22 - 14:29 m
CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Ofício nº 31/2022 - GVMM

Toledo, 15 de março de 2022.

Aos Senhores
EDUARDO HOFFMANN
FABIANO SCUZZIATO
Assessores Jurídicos
Câmara Municipal de Toledo

Assunto: Solicita a emissão de parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 39/2022.

Senhores Assessores,

Considerando o disposto nos incisos I, II, V e VI do artigo 8º da Lei nº 1.964, de 13 de agosto de 2007, que dispõe sobre a estrutura organizacional e administrativa da Câmara Municipal de Toledo;

Considerando o disposto nos incisos I, II e V do artigo 12 e nos incisos II, V, IX, XIII, XV, XVIII, XXV e XXVI do artigo 25 do Ato nº 29, de 23 de maio de 2019, que regulamenta a estrutura administrativa e define as atribuições dos cargos da Câmara Municipal de Toledo:

Considerando o disposto no inciso II do § 3º do artigo 160 e no § 1º do artigo 162 do Regimento Interno;

Solicito aos assessores jurídicos a emissão de parecer jurídico sobre o Projeto de Lei nº 39/2022, que deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:

- a) os dispositivos constitucionais ou legais nos quais está fundada a validade do ato normativo proposto;
- b) as consequências jurídicas dos principais pontos da proposta de ato normativo;
- c) as controvérsias jurídicas que envolvam a matéria; e
- d) a conclusão a respeito da constitucionalidade e da legalidade da matéria.

Atenciosamente,


MARCELO MARQUES
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

00011

PARECER JURÍDICO Nº 073.2022

Assunto: Projeto de Lei nº 39.2022.

Ementa: *Autoriza o Executivo municipal a custear despesas residuais de energia elétrica e de água e esgoto de unidades de condomínios habitacionais de idosos em situação de vulnerabilidade social, implantados pelo Município de Toledo.*

Protocolo: 545.2022, Vereador Marcelo Marques.

Parecer: Ilegalidade.

1. Relatório

Solicitou o Vereador Marcelo Marques, pedido de parecer jurídico do Projeto de Lei nº 39.2022 que visa autorizar o *Executivo municipal a custear despesas residuais de energia elétrica e de água e esgoto de unidades de condomínios habitacionais de idosos em situação de vulnerabilidade social, implantados pelo Município de Toledo.*

Consta da mensagem emitida pelo Senhor Prefeito:

MENSAGEM Nº 28, de 9 de março de 2022

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS VEREADORAS,
SENHORES VEREADORES:**

Como é do conhecimento dos ilustres Vereadores e Vereadoras, o Residencial "Recanto Feliz", implantado pelo Município de Toledo no Jardim Coopagro, é um espaço contendo 18 (dezoito) casas, destinadas à residência de pessoas idosas a partir de 60 anos de idade, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, que não possuam casa própria nem recursos próprios para adquiri-la e que estejam inscritas no cadastro habitacional na Secretaria do Planejamento, Habitação e Urbanismo.

Além daquele equipamento público, encontra-se em fase de implantação, em nossa cidade, outro com finalidade idêntica, com 8 (oito) unidades, no bairro Vila Pioneiro.

Tem ocorrido, por vezes, que, com o falecimento de morador do Residencial "Recanto Feliz", remanesçam despesas residuais de energia elétrica e de água e esgoto da unidade por ele ocupada, sem que haja qualquer familiar ou responsável para efetuar o respectivo pagamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

00012

Nesses casos, para que a unidade possa passar a ser ocupada por outro morador, faz-se necessária a prévia liquidação de tais pendências perante as concessionárias daqueles serviços públicos.

Como o Município não está autorizado a custear referidas despesas, em algumas situações o pagamento só foi possível mediante contribuições voluntárias.

Diante dessas circunstâncias, considerando que Residenciais dessa natureza são destinados à moradia de pessoas em situação de vulnerabilidade social, sem condições financeiras e, na grande maioria das vezes, sem familiares que possam assumir as despesas residuais acima mencionadas,

considerando que, em caso de falecimento de algum morador de tais Residenciais, não se justifica o retardamento da utilização da unidade por ele ocupada em razão da demora ou falta de pagamento de despesas remanescentes de energia elétrica e água e esgoto do ex-morador;

considerando tratem-se de despesas eventuais e de valores pouco expressivos, mesmo porque, em havendo atrasos e faltas de pagamento sucessivas, a prestação do serviço é suspensa pelas concessionárias,

considerando, por fim, o interesse social decorrente da medida, é que se submete à deliberação dessa Casa o incluso Projeto de Lei que **“autoriza o Executivo municipal a custear despesas residuais de energia elétrica e de água e esgoto de unidades de condomínios habitacionais de idosos em situação de vulnerabilidade social, implantados pelo Município de Toledo”**.

Enfatize-se que o custeio das despesas em questão estará condicionado sempre à prévia análise e deliberação favorável do Conselho Deliberativo do Fundo para o Financiamento da Política Habitacional do Município.

Informa-se, conforme Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária anexo, que o orçamento-programa do Município para o exercício de 2022 contempla dotação para a realização de despesas dessa natureza, qual seja a conta 03160 - projeto/atividade 16.482.0012.2-045 - Atividades de Desenvolvimento Habitacional.

De tal maneira, a proposição apresenta compatibilidade com o PPA, a LDO e a lei orçamentária anual, atendendo, portanto, as condições previstas nas normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Colocamos à disposição desse Legislativo, desde logo, servidores da Secretaria do Planejamento, Habitação e Urbanismo para prestarem outras informações ou esclarecimentos adicionais que eventualmente se fizerem necessários sobre a matéria.



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

00013

Respeitosamente,

LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

É o relatório.

2. Parecer

Na forma do art. 30 Lei Orgânica do Município de Toledo, que se trata de projeto é de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme se observa do art. 30 da LOM.

No entanto, ao que se vê, as despesas serão custeadas pelo *Fundo para o Financiamento da Política Habitacional do Município*, instituído pela Lei nº 1.734, de 4 de março de 1993.

Pois bem; os recursos de dito fundo, apenas podem ser utilizados na forma fixada pela Lei, em seu art. 3º; de se ver:

Art. 3º – Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes da política municipal de habitação, serão aplicados em:

I – oferta de lotes urbanizados;

II – incentivo à formação de cooperativas populares de habitação;

III – atendimento prioritário à família carente;

IV – formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e de autoconstrução;

V – garantia de projeto-padrão para a construção de moradias populares;

VI – assessoria técnica gratuita à construção da casa própria;

VII – apoio para a melhoria de moradias da população de baixa renda;

VIII – garantia à população carente de meios para a regularização das construções ilegais;

IX – construção de moradias populares, em parceria com empresas privadas, visando a atender preferencialmente os empregados que estejam registrados há, pelo menos, dezoito meses na respectiva empresa; (dispositivo acrescido pela Lei nº 1.906, de 22 de setembro de 2005)

X – construção de moradias populares, em parceria com munícipes que já sejam proprietários de terrenos baldios ou cuja edificação se encontre em condições precárias e que atendam os requisitos estabelecidos em lei e pelo Conselho Deliberativo do Fundo; (dispositivo acrescido pela Lei “R” nº 138, de 9 de novembro de 2007)

XI – doação de material de construção para a ampliação e/ou reforma de moradias para munícipes de baixa renda, que atendam os requisitos estabelecidos em lei e pelo Conselho Deliberativo do Fundo. (dispositivo acrescido pela Lei nº 2.011, de 20 de novembro de 2009)

Como se observa, o fundo tem por fim específico o financiamento da política habitacional, não se enquadrando o custeamento de despesas residuais de



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

00014

energia elétrica, água e esgoto, como uma daquelas que possam utilizar ditos recursos.

Portanto, salvo se os valores não decorrerem de dito fundo, é o parecer pela ilegalidade.

É o parecer.

Toledo, 16 de março de 2022.



Eduardo Hoffmann
Assessor Jurídico

Fabiano Scuzziato
Assessor Jurídico